

Sintonia com o Estado

Programas de governo dos candidatos à Presidência da República incluem grande número de investimentos no Espírito Santo

Está formatada a pauta básica de obras do governo federal no Espírito Santo, nos próximos quatro anos, independentemente de quem vier a ser eleito para a Presidência da República. As agendas foram obtidas com exclusividade por A GAZETA junto à coordenação nacional da campanha de cada um dos candidatos. Com a publicação, na edição de ontem, o capixaba tem informações para avaliar a atenção que está sendo dada ao Estado.

O reconhecimento à importância estratégica da economia do Espírito Santo para país norteia propostas dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin. Deve-se observar que tanto na agenda do petista quanto na do tucano a área de infraestrutura de transporte é a que mais concentra propostas de obras no território capixaba.

As intenções que estão sendo

EDITORIAL

anunciadas na campanha para reeleição do presidente Lula dão ênfase a um amplo programa rodoviário no Espírito Santo. Dele constam a conclusão das rodovias que contornam Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, além de restauração e melhoria das BRs 101, 259 e 262, e a reconfiguração da BR 477. Também são citadas, mas de forma genérica, obras no setor portuário e, como não poderia deixar de ser, a conclusão da reforma do aeroporto de Vitória, iniciada em 2005.

Investimentos em infra-estrutura energética estão destinados ao Espírito Santo em um eventual segundo mandato de Lula. Dentre eles, a expansão da malha de dutos para transporte de gás natural, com prioridade para a ligação Cabiúnas-Vitória e para o Gasoduto Sudeste-

Nordeste (Gasene). A disponibilização de energia também é lembrada com a promessa de expansão do Programa Luz para Todos.

O programa de governo de Geraldo Alckmin também foca com ênfase a logística de transporte no Espírito Santo. As principais metas anunciadas são duplicar a BR 101 e o Contorno Rodoviário de Vitória, e acelerar as obras de remodelação do aeroporto da capital capixaba. Segundo a coordenação nacional da campanha tucana, há também o compromisso de viabilizar amplo aproveitamento da área portuária em Barra do Riacho. Como justificativa para o investimento são citadas a vocação e o potencial de comércio exterior do Estado.

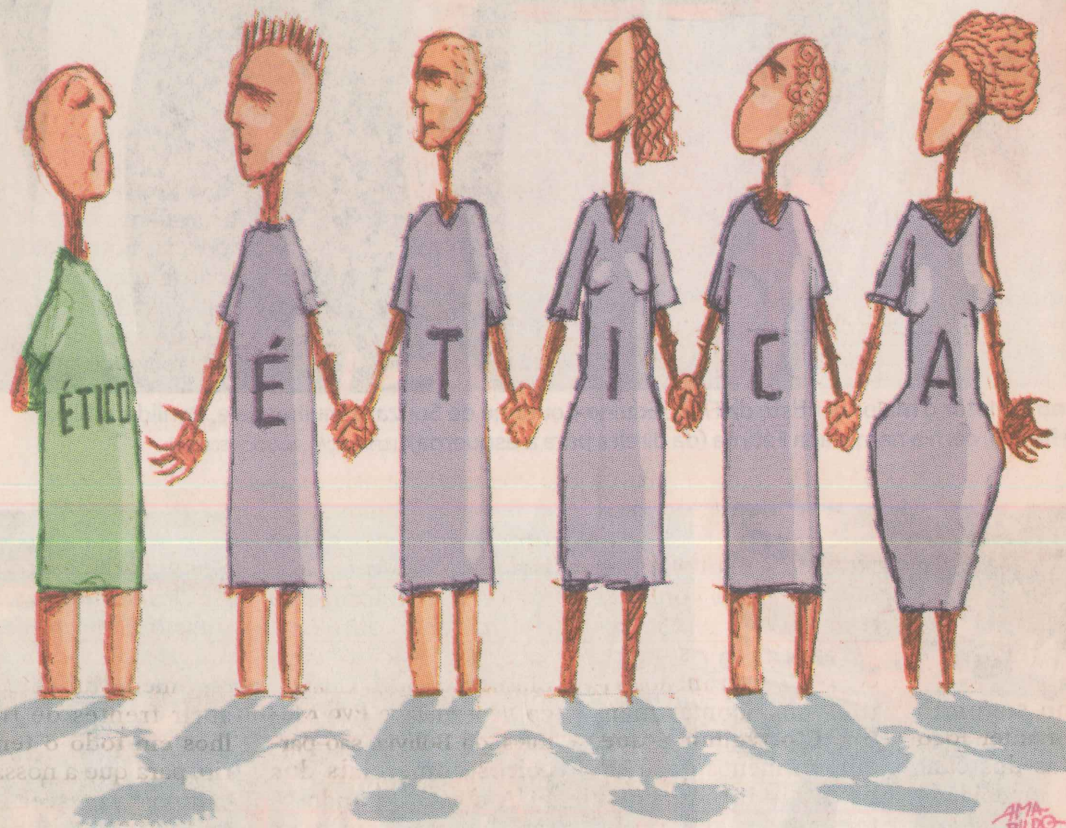
Na área social, o Espírito Santo figura na lista de projetos dos candidatos com investimentos principalmente em habitação, educação e saúde. Há até o aceno de apoio do

candidato Alckmin para a construção de um hospital no Sul do Estado. Mas o grande instrumento de política de bem-estar citado pelos adversários é o Bolsa-Família. Virou trunfo de campanha. Ambos prometem mantê-lo e ampliá-lo.

Por fim, a atenção à segurança pública - um dos problemas mais graves da sociedade -, também é citada pelos presidenciáveis. Mas, com cautela. Eles não falam em metas. Seria arriscadíssimo. Limitam-se a promessas de investimentos federais e apoio à ação do Executivo capixaba.

É prenúncio de sintonia fina entre os governos federal e estadual, o fato de os programas dos presidenciáveis abrangerem grande número de itens que já vêm sendo reivindicados pelo Espírito Santo. Outras questões de interesse do Estado e do país certamente serão objetos de entendimento e vontade política.

Agendas de Lula e de Alckmin para o Espírito Santo abrangem várias reivindicações que já vêm sendo feitas pelo governo do Estado



Telecatch eleitoral

OSIRIS LOPES FILHO

O primeiro debate do 2º turno da eleição presidencial, entre o Geraldo e o Lula, produziu, pelo menos, um dos efeitos que era esperado. Esquentou o ambiente, que seguia morno e burocrático.

Começou a retirada dos esqueletos escondidos no armário. Alguns deles não estavam resumidos a ossos. Havia ainda carne. Putrefata, pois os cadáveres eram recentes.

Grande parte da discussão desenvolveu-se no campo adequado a peritos legais, investigadores, ministério público, delegacias policiais. E misturou-se o cenário. Travou-se uma luta livre, pretendendo cada contendor enfraquecer o adversário atingindo seus pontos vulneráveis, para aplicar o golpe definitivo, que decidiria o embate. Isso não ocorreu.

Infelizmente, esse foi o espetáculo. Mistura de exumação e luta livre, com poucas regras a definir-lhe o conteúdo.

eleitor do que se propõe e projeta para o futuro: o desenvolvimento nacional, emprego, educação, ciência, tecnologia, saúde, segurança pública, previdência, dívida pública, investimentos, soberania nacional. E há as questões do dia-a-dia que podem, se bem equalizadas, facilitar o atingimento dessas grandes metas: juros, dívida pública, inflação, política monetária, privatizações e carga tributária.

Indefinidas essas questões, pelos privilegiados protagonistas do debate, o ministro do Planejamento, Dr. Paulo Bernardo, soltou o seu balão de ensaio, de revitalização do que deve morrer. O dia 31 de dezembro de 2007 é a data marcada, pela Constituição, para a morte da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeira (CPMF) e da Desvinculação das Receitas da União (DRU). O doutor Paulo propõe nova prorrogação desse tributo e a elevação da DRU de 20% para 30 ou 40%, isto é, a continuidade majorada da apro-

Que ética vai prevalecer?

LEONARDO BOFF

Na campanha eleitoral para a presidência, a ética constitui um dos tópicos principais. Neste campo não cabe farisaísmo no sentido de um lado se sentir o portador da ética e o outro, seu violador. Ambos os candidatos precisam fazer seu mea culpa e reconhecer graves desvios éticos em seus respectivos partidos. Há o risco de que se privatize a ética, vale dizer, que se discuta somente a ética na política e não a ética da política. Em outras palavras, não basta que haja políticos éticos, com virtudes pessoais reconhecidas (ética na política). O importante é que prevaleça a discussão sobre a ética da política. Esta trata da moldura institucional que obriga os cidadãos a viverem certos valores fundamentais para a sociedade. Principalmente importa discutir o caráter ético do projeto político do candidato. Em que medida ele rompe com a tradição de privilégios que tem caracterizado a política brasileira e que mediações usará para gestar mais a justiça e inclusão dos milhões de destituídos. Esse é o nó da questão. Os cidadãos têm direito de conhecer os projetos políticos de cada candidato e as formas de sua implementação. Aí ele poderá ver seu caráter ético ou não.

No sentido de animar este debate gostaria de referir uma discussão recente entre dois paradigmas de ética: entre o núcleo da moralidade clássica, a ética da justiça, e o núcleo da nova moralidade, a ética do cuidado. Tenho participado dessa reflexão, suscitada primeiramente por filósofas e educadoras feministas norte-americanas, especialmente Carol Gilligan e Nel Noddings. Elas nos conscientizaram do fato de que a reflexão ética do Ocidente herdada dos gregos, passando por Tomás de Aquino, Kant e culminando em Habermas, é marcadamente masculina. Ela se centra na autonomia do indivíduo, portador de direitos e deveres, tendo como eixo estruturador a imparcialidade da justiça.

Esta ética viu dimensões irrenunciáveis, seja no aspecto interpessoal seja no social. Mas nela há um empobrecimento da experiência humana, pois não inclui a contribuição das mulheres. Elas estão mais próximas ao mistério da vida, são naturalmente mais cooperativas, tecem mais adequadamente as redes de relações afetivas, familiares e comunitárias, alimentam preocupação pelos outros e tomam em consideração as debilidades humanas e

os processos de desenvolvimento, pouco contempladas pela ética da justiça. Para que a vida humana funcione não basta a igualdade de direitos e deveres e o respeito a eles. Precisa-se do cuidado, pois todo ser vivo deseja e precisa ser cuidado, e nós sentimos naturalmente o impulso de cuidar. Daí nasce a solidariedade, a co-responsabilidade e a compaixão, como irradiações do cuidado.

A base antropológica desta ética do feminino é outra. Para ela não existe o indivíduo isolado que precisa de um contrato social para viver junto. Ele é sempre conectado com o outro e com a natureza. A motivação para viver valores e assim uma vida ética não vem da razão e dos princípios, mas da emoção do afeto e do auto-envolvimento. O desejo natural de sermos cuidados, aceitos e amados, coisa que foi ignorada pela ética vigente, é o que move profundamente nossas vidas.

Fazer política é cuidar do povo e atender a suas necessidades, repetiu-o muitas vezes o presidente Lula. Realizar isso é realizar a justiça. Esse é o critério para julgar eticamente os projetos dos dois candidatos.

Leonardo Boff, da Carta da Terra, é teólogo e escritor

Infelizmente, esse foi o espetáculo. Mistura de exumação e luta livre, com poucas regras a definir-lhe o conteúdo.

Muita gente esperava outro desenvolvimento, e que fosse abordado algo mais nobre e vital – o futuro do país. As idéias, os temas, as proposições, os programas, para que houvesse compatibilidade entre o dirigente máximo do país – o presidente da República – e a esperança do seu povo, trabalhador e criativo, de um futuro promissor, há muito esperado, mais de cinco séculos, que tarda a chegar.

Como o ambiente tem sido, nesses debates, de luta, há disponível um vasto arsenal de temas a serem abordados, para didaticamente esclarecer o povo

União (DRU). O doutor Paulo propõe nova prorrogação desse tributo e a elevação da DRU de 20% para 30 ou 40%, isto é, a continuidade majorada da apropriação dos recursos da seguridade social – saúde, previdência e assistência social – para a orgia orçamentária, que desvia recursos para benefício dos privilegiados de sempre – os banqueiros e os rentistas, os ricos deste país. Consequiu o Dr. Paulo Bernardo, em proposta espoliadora, oferecer atualidade e sentido construtivo ao temário dos debates. Há males que vêm para o bem.

Osiris de Azevedo Lopes Filho é prof. de Direito na Universidade de Brasília (UnB) e ex-secretário da Receita Federal.
e-mail: osirisfilho@azevedolopes.adv.br

Eficiência portuária

UMBERTO CILIÃO SACCHELLI

Dos vários componentes que integram o chamado Custo Brasil, um dos mais preocupantes é o deficiente sistema de infra-estrutura do país. As precárias condições das estradas, ferrovias e portos brasileiros, como é notório, não conseguem dar vazão ao escoamento de bens, serviços e riquezas criadas no país, inibindo ou mesmo prejudicando o processo de desenvolvimento econômico.

Em que pese as melhorias observadas nos últimos tempos, o quadro de dificuldades enfrentado pelo sistema portuário merece capítulo à parte, em razão dos frequentes embaraços provocados pela recorrência das paralisações realizadas por trabalhadores responsáveis pelos serviços de comércio exterior – a exemplo das greves realizadas por agentes da Anvisa e da Receita Federal, nos últimos meses.

Outro contratempo é provocado pelo excesso de procedimentos burocráticos, que postergam a liberação de cargas, comprometendo o desempenho das exportações. A morosidade é tal que o prazo de liberação de contêineres no Brasil é de até 39 dias, enquanto a média internacional não ultrapassa 25 dias. Para serem liberadas, as cargas brasileiras devem receber aprovação de 20 diferentes organismos, elevando os custos aduaneiros ao correspondente a até 20% do preço final.

Neste contexto, o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), que representa cerca de 800 empresas que

atuam na produção e processamento de couros, endossa o pleito feito por especialistas e entidades do setor, que reclamam investimentos para conferir competitividade às operações portuárias.

Cálculos da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) estimam que os portos nacionais necessitam de US\$ 10 bilhões nos próximos cinco anos para ter condições de atender à demanda do comércio exterior.

A modernização das instalações e equipamentos do sistema portuário é de importância estratégica para diversos segmentos da economia brasileira, como a cadeia produtiva do couro.

O setor exporta algo em torno de US\$ 1,5 bilhão anualmente para mais de 85 países, conquistou posição de liderança no mercado internacional de couros e depende, mais do que nunca, da competitividade do sistema portuário para manter suas posições nos mercados já conquistados e para abrir novas frentes de negócios.

O ganho de eficiência nas operações portuárias é, neste contexto, um passaporte para a criação de novos empregos de setores fortemente vinculados ao desempenho do comércio exterior, como a cadeia produtiva do couro, que emprega cerca de 44,7 mil pessoas e movimentada cerca de US\$ 2,5 bilhões.

Umberto Cilião Sacchelli é presidente do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB)